



## **A EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS E O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA**

**Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins – UnB**

**Alice Watson Queiroz – UnB**

**Pedro Demo – UnB**

**Grupo de Trabalho:** GT 6 – Educação em e para os Direitos Humanos

### **RESUMO:**

O presente artigo examina a formação de professores no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB). Para isso, correlaciona o currículo do curso de Pedagogia, oferecido no Campus São Sebastião do IFB, com as diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Abraham Magendzo, Paulo Freire e Pedro Demo são os autores que servem como principais referenciais teóricos. Eles são centrais para debater a função da formação inicial de professores na promoção de uma educação emancipatória, na perspectiva dos direitos humanos. A pesquisa analisa como as ações estratégicas propostas no PNEDH estão presentes no Currículo do curso de Pedagogia do IFB, Campus São Sebastião, para refletir sobre as práticas pedagógicas orientadas à efetivação dos direitos humanos. A metodologia é qualitativa, com base em análise documental e na abordagem crítica da educação, que considera os dispositivos legais e curriculares como expressões de disputas políticas e epistemológicas. Os resultados apontam para a ambivalência entre previsão legal e efetivação da educação em e para os direitos humanos (EDH) na formação inicial de professores ofertada pelo IFB uma vez que tanto o PNEDH quanto o currículo do curso reiteram o compromisso com os direitos humanos e a educação emancipatória e transformadora, mas a implementação das ações no curso permanece limitada, fragmentada ou pautada por uma ótica normativo-formal. O estudo sublinha a necessidade de uma reconstrução teórica e prática na formação docente, que integre de forma consistente os saberes pedagógicos, a crítica social e a intervenção emancipatória. Isso garantirá que futuros professores estejam aptos a agir com compromisso ético e político frente às desigualdades educacionais e violações de direitos no Brasil. A pesquisa, portanto, visa fortalecer a formação inicial de professores como local estratégico para efetivação de práticas formativas mais alinhadas à justiça social e à transformação da realidade.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Educação em Direitos Humanos; Pedagogia, Currículo; PNEDH e Institutos Federais.



## 1. INTRODUÇÃO

Visto que a formação de professores nas Instituições de Ensino Superior (IES) encontra-se defasada e a manutenção de paradigmas do início do século XX não é mais viável, conforme apontado por Demo (2021), uma instituição como o Instituto Federal, que começa a oferecer licenciaturas com experiência consolidada apenas na formação técnica profissional, teria a chance de quebrar antigas estruturas e criar licenciaturas com uma identidade própria, inovadora. Porém, um dos principais argumentos para a obrigatoriedade de oferta mínima de vagas para os cursos de licenciatura não envolvia, necessariamente, intenção de mudança estrutural em seu formato e sim a necessidade de solucionar o risco de um "apagão do Ensino Médio". O relatório "Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais" (2007), produzido por uma Comissão Especial do Conselho Nacional e da Câmara de Educação Básica, constatou a urgência de aproximadamente 235 mil professores no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia (Verdum; Morosini; Giraffa, 2017). Assim, seria estratégica uma política nacional de formação de professores para superar essa crise.

Considerando o compromisso político e social firmado, de serem instituições voltadas para a promoção de uma educação emancipatória e transformadora (Pacheco, 2011), é esperado que os professores formados por essas licenciaturas assumam o papel de agentes de transformação social. Essa perspectiva alinha-se à definição de EDH, compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, tendo como exigência a prática educativa emancipatória (BRASIL, 2018). Nesse contexto, faz-se imperativo discutir como a formação de professores nos IFs se alinha aos princípios da EDH.

Diante disso, esta pesquisa explora o currículo do curso de Pedagogia ofertado no IFB, Campus São Sebastião, para refletir sobre a efetivação das ações estratégicas propostas no PNEDH (2018) para implantação da EDH na Educação Superior, especialmente nos cursos de formação docente.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir de uma perspectiva crítica, entendemos que os DH não podem ser tratados como normas abstratas, mas sim como lutas concretas por dignidade e justiça. Assim como não podem mais ser concebidos como absolutos e universais, pois sua construção histórica revela contradições, negações e disputas que rompem com a visão essencialista das teorias abstratas (Escrivão e Sousa, 2016). Para Rubio (2015), devem ser compreendidos como práticas que se constroem continuamente, no cotidiano, em diferentes espaços e tempos, como conquistas humanas que se obtêm como consequência das lutas dos sujeitos coletivos ao longo da história. Esta concepção vai ao encontro com a de Magendzo (2007, p.23), que define como objetivo da EDH “[...] desarrollar en los individuos y los pueblos sus máximas capacidades como sujetos de derechos y brindarles las herramientas y elementos para hacerlos efectivos”.

Para pensar em EDH como eixo fundamental para uma educação transformadora e emancipatória é necessário questionar a persistência de modelos pedagógicos reprodutivos nas instituições de ensino superior. Para que o futuro professor desenvolva com seus estudantes autonomia e consciência crítica na leitura da realidade, como nos ensinou Freire (1996), não é suficiente e nem mais aceitável pensar a prática educativa como mera transmissão de conhecimento. A EDH, em sua essência, demanda uma pedagogia crítica, libertadora e transformadora, calcada na dialogicidade e na problematização, visando a emancipação. Em contraste, como afirma Demo (2023), a formação acadêmica do professor básico está "estrangulada no instrucionismo mais rasteiro", resultando em um profissional do ensino que crê que sua função é "dar aula, repassar o conteúdo todo religiosamente" e certificar-se da memorização. Esse modelo de aula, prova e repasse é, então, "o maior signo da inoperância da escola" e "o oposto da formação crítica autocrítica".



### 3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica. Realiza análise documental do PPC de Pedagogia/IFB (perfil do egresso, objetivos, princípios, organização curricular, estágios e extensão); análise normativa (PNEDH) e análise comparativa entre o PPC e os princípios da EDH (transversalidade, inter/transdisciplinaridade, diálogo, avaliação formativa e participação) com base nas ementas e na arquitetura do curso.

### 4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

, com fundamento na dignidade humana e na indivisibilidade dos direitos, demandando práticas dialógicas, problematizadoras e socialmente referenciadas, dentro e fora da sala de aula (BRASIL, 2018). O PNDH sustenta a recomendação de planos nacionais e de inserção curricular ampla, com participação democrática e relevância para a vida cotidiana dos estudantes . Já o PPC/IFB analisado explicita: (a) compromisso com formação cidadã e transformação social; (b) princípios de articulação entre componentes, contextualização, relevância social e ética; (c) valorização de ensino-pesquisa-extensão e do trabalho em territórios vulneráveis; (d) uso crítico de NTICs como mediação pedagógica; (e) perfil de egresso voltado à atuação inclusiva, ao reconhecimento da diversidade e à gestão democrática .

Elementos textuais como cultura escolar democrática, transversalidade, articulação teoria-prática, alinham-se ao núcleo da EDH e à pedagogia crítica defendida por Magendzo (2007), que propõe currículo problematizador, avaliação processual e práticas de respeito à diversidade. Observa-se, no entanto, uma transversalidade “invisível”: embora os princípios formativos e o perfil do egresso dialoguem com a EDH, o PPC não apresenta um componente obrigatório explicitamente intitulado “Educação em Direitos Humanos” nem um eixo integrador que garanta tratamento sistemático, progressivo e avaliável ao longo dos semestres. A efetividade da EDH depende não só da coerência entre o currículo e as relações cotidianas, normas, formas de avaliação, gestão e convivência da escola, como de políticas e rotinas institucionais claras tenham



como eixo central os princípios dos DH, caso contrário, persiste a possibilidade de contradição entre discurso e prática. No plano avaliativo, não se explicitam procedimentos próprios da EDH, de natureza processual e participativa, com foco em atitudes e habilidades de argumentação e ação cidadãs. Por fim, embora o território de atuação apresente alto potencial formativo, é necessário vincular formalmente estágio, PIBID e projetos de extensão a objetos concretos de EDH, como convivência, mediação de conflitos, participação estudantil, redes de proteção e equidade racial e de gênero, de modo que a experiência formativa transcenda iniciativas pontuais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os documentos normativos demonstrem o pleno potencial institucional para a EDH, sua efetividade só será alcançada quando o compromisso curricular formal for consolidado por políticas de Estado e ações de gestão. Romper com o formato da arcaica grade curricular e pensar numa formação de professores que avance na superação do instrucionismo ainda nos parece horizonte distante.

Isso seria pensar uma educação que tenha a pesquisa como princípio educativo e a formação de professores autores, cientistas e letrados digitais (Demo 2004, 2009). É revolucionário formar professores que saibam mediar e atender às reais necessidades de aprendizagem dos estudantes, pois "nada é mais neoliberal que uma escola na qual quase ninguém aprende, confirmando a subalternidade de grandes majorias, enquanto a elite econômica se mantém privilegiada" (Demo, 2023). Formar professores autores e pensadores capazes de transformar a escola em um local de aprendizagem, onde ao estudante seja garantido o direito de aprender como autor e se reconhecer como sujeito de direitos é fazer EDH.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH**. Brasília, DF, 2018.



DEMO, Pedro. **Aprender como autor**. São Paulo: Atlas, 2004.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

DEMO, Pedro. **Formação de professores básicos na universidade:** indicações preliminares de um adestramento obsoleto. Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática, [S.l.], v.2, p.e 021015, 2021c. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/551>. Acesso em: 01 nov. 2025.

DEMO, Pedro. Ensaio 938 - **Cuidar do professor da Escola Pública**. 2023. Disponível em: <https://pedrodemo.blogspot.com/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IFB. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia**. Brasília, DF: IFB, Campus São Sebastião, 2016.

MAGENDZO, Abraham (Org.). **Educación en derechos humanos:** desafíos, sentidos y prácticas. Santiago de Chile: Editorial Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

RUBIO, David S. **Entrevista realizada por Nair Heloisa Bicalho de Sousa**. Disponível em: <http://www.odireitoachadonarua.blogspot.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2015.

VERDUM, Priscila; MOROSINI, Marília; GIRAFFA, Lúcia. **A formação inicial de professores para a educação básica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** potencialidades e desafios na visão de gestores. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p177-199>. Revista e-Curriculum, v. 15, n. 1, p. 177-199, 2017.

POCAHY, Fernando Altair. Extensão na/com a diferença: gênero, sexualidade e envelhecimento. **Diversidade e Educação**, v. 10, n. 1, p. 139-155, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.